

LUTA E VOZ NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: REPRESENTATIVIDADE, ESTEREÓTIPO, IDENTIDADE E DEMOCRACIA ÀS MARGENS DA CIDADE

Fernanda Amaral¹

Resumo

O presente artigo ancora-se nos Estudos Culturais para apresentar uma análise sobre a construção da identidade das favelas cariocas sob uma ótica estereotipada e suas consequências e refletir sobre o papel das redes sociais na luta por voz e democracia. Moradores das favelas constantemente não têm suas queixas ouvidas e têm pouca ou nenhuma representatividade no campo do debate democrático. A ausência de representação ou a representação negativa das favelas na mídia vem trazendo impactos aos seus residentes ao longo do último século, em um processo de dessensibilização da sociedade que torna esses grupos invisíveis e segrega-os às margens. A popularização das redes sociais nesses espaços, porém, trouxe mudanças nas dinâmicas entre a favela e a cidade formal e se apresenta como uma nova ferramenta para a inclusão desses grupos marginalizados no cotidiano da cidade, oferecendo novas oportunidades de serem vistos e ouvidos para que tomem seus lugares no campo do debate democrático.

Palavras-chave: Estereótipos. Favelas. Democracia. Voz. Midiativismo.

Struggles and voice in the favelas: representativeness, stereotype, identity and democracy in the margins

Abstract

This paper is anchored in Cultural Studies to present an analysis of the construction of favela identities from a stereotypical perspective and its consequences and to reflect on the role of social networks in the struggles for voice and democracy. Favela inhabitants continuously do not have their complaints heard and have little or no representation in the field of democratic debate. The lack of representation or the negative representation of favelas in the media has been impacting its resident's lives over the last century, in a process of desensitisation of the society that makes these groups invisible and segregates them to the margins. The popularisation of social networks in these spaces, however, has brought about changes in the dynamics between the favela and the formal city and presents itself as a new tool for the inclusion of these marginalised groups in the city's daily life, offering new opportunities to be seen and heard to take their places in the field of the democratic debate.

Keywords: Stereotype. Favelas. Democracy. Voice. Media-activism.

¹ Contato: fmontamaral@gmail.com.

Introdução

Voz e democracia estão intrinsecamente ligadas: não há democracia sem uma pluralidade de vozes (LAWY, 2017), e essa pluralidade de vozes tem grande impacto na luta por igualdade e reconhecimento político (AMARAL, 2019). É através da voz que é possível ultrapassar o âmbito das experiências pessoais, conectando minorias vítimas de preconceitos em uma espécie de experiência coletiva e compartilhada (LAWY, 2017), tornando-a, assim, presente também nas relações que tecem identidades coletivas, como as que vemos nas favelas cariocas. Voz é ainda a capacidade de participação em processos econômicos e sociais, assim como a capacidade de expressão e de criação de sentido, sendo assim um instrumento de inclusão (TACCHI, 2009). Lawy (2017), conectando voz e identidade, a define ainda como “uma forma de um ator social representar ou executar sua identidade usando seus próprios meios” (*Ibid*, 2017, p. 197) e que também está relacionada à “representação, poder e à autoridade de ‘ter voz’ e pode ainda preocupar-se em ‘reivindicar a voz de alguém’” (*ibid*, 2017, p. 195).

A reflexão, portanto, que aborda voz como um elemento fundamental em uma democracia, precisa ponderar a conexão entre pobreza e (ausência de) voz, especialmente nos casos das favelas. As populações em situação de pobreza e exclusão enfrentam não apenas a escassez de recursos financeiros e de acesso à serviços e direitos básicos, mas também enfrentam um fenômeno chamado “pobreza de voz”, que “pode ser entendida como a incapacidade das pessoas para influenciar as decisões que afetam suas vidas e o direito de participar dessa tomada de decisão.” (TACCHI, 2009, p. 169). Tal conceito retoma a reflexão que inicia esse artigo, de que onde não há voz, não há democracia, uma vez que estas pessoas não possuem meios de participar das decisões que afetam diretamente suas vidas.

A ausência de vozes cria ainda um vácuo de representatividade. Os moradores das favelas não se sentem representados nas grandes esferas de poder (LUSTOSA; DUBEUX; ALMEIDA, 2019), ou mesmo na sociedade, e isso facilita a repressão violenta dentro desses espaços. Antes de propriamente abordar representação, entretanto, é preciso definir o conceito de identidade e refletir sobre identidade coletiva. A maneira mais ampla de definir identidade é estabelecê-la como um conjunto de características relacionadas a um indivíduo que nos permite identificá-lo e diferenciá-lo dos demais. Todavia, o conceito de identidade é

muito mais profundo e complexo, variando de acordo com a área de abordagem (AMARAL, 2019). Liliانا Giorgis (1993, p. 5) argumenta que “uma identidade auto-referencial e construída sobre os princípios de uma lógica abstrata, não pode explicar mudanças e diferenças socioculturais”. Pode-se concluir, então, que o conceito de identidade vai além de uma definição simplista de um conjunto de características e inclui elementos complexos da personalidade, das escolhas pessoais e da herança cultural do ambiente no qual esse indivíduo está inserido. Nesse ponto, faz-se necessário sublinhar a diferença crucial entre identidade e personalidade, como explicado por Woodward:

Personalidade descreve as qualidades que os indivíduos podem ter, como ser extrovertido ou tímido, características internas, mas a identidade requer algum elemento de escolha. Por exemplo, eu posso ir a partidas de futebol aos sábados porque eu gosto de gritar alto com uma multidão de extrovertidos vivos, mas eu vou assistir ao Sheffield porque eu quero me identificar com aquele time em particular (...) Podemos ser caracterizados por ter traços de personalidade, mas temos que nos identificar com – isto é, assumir ativamente – uma identidade. (WOODWARD, 2004, p. 6, tradução livre).

Partindo de uma perspectiva sócio-antropológica, a identidade existe apenas em contraste, ou seja, deve haver o outro para que haja uma comparação de signos, e também “não é dada naturalmente”, mas é “culturalmente definida e constituída” (GOLUBOVIC, 2011, p. 25) pelo indivíduo no ambiente em que vive. Woodward (2004) também fornece evidências sob essa perspectiva ao discutir a identidade individual como um produto da sociedade, e defender que a identidade é o que conecta os indivíduos e o mundo em que vivem e também a maneira como nos vemos e a maneira como as pessoas nos veem; a identidade, então, “é uma posição socialmente reconhecida por outros, não apenas por mim” (*Ibid*, 2004, p. 7). Zhao, Grasmuck e Martin (2008), também abordam a identidade como uma sobreposição daquilo que o indivíduo acredita ser e o que os demais acreditam que ele seja, em um processo público envolvendo “o ‘anúncio de identidade’ feito pelo indivíduo reivindicando uma identidade e o ‘posicionamento de identidade’ feito por outros que endossam a identidade reivindicada, e uma identidade é estabelecida quando existe uma ‘coincidência’ de colocações e anúncios” (Stone, 1981 apud Zhao; Grasmuck; Martin, 2008, p. 1817).

Considerando, então, o caráter social da formação da identidade discutido acima, pode-se argumentar que a identidade do residente da favela é influenciada não apenas pelo ambiente onde ele vive, sua ancestralidade, história e cultura, mas também pela oposição com aquilo que não é, ou seja, morador do asfalto, dos bairros de classe média. Santos (2011) argumenta que “o sentimento de pertencimento a um povo, a uma cultura, nacionalidade, região, religião, grupo, ou a outra forma de identidade cultural, quase sempre, significou o não pertencer a outro.” (*Ibid*, 2011, p. 145). Assim, podemos argumentar que tanto o morador da favela não se sente parte do resto da sociedade formal, sendo ele apartado dela contra sua própria vontade, tanto a sociedade não sente que o favelado faz parte dela, transformando-o no “outro”.

Essas relações de não-pertencimento trazem à identidade do residente das favelas estigmas tão fortes que quando alguém nasce em uma favela, muito cedo esse indivíduo pode ver-se em desvantagem em relação àqueles no “asfalto”. Os relatos descritos por Jovchelovitch & Priego-Hernández (2013), ilustram bem essa percepção de desvantagem vivida por moradores das favelas e periferias:

As narrativas do Eu são dominadas pela experiência da miséria, do sofrimento e do trabalho pesado para ganhar a vida, educar os filhos em segurança, e crescer sem sucumbir àquilo que os residentes da favela veem como as ameaças e os perigos de seu contexto. Suas histórias contam a discriminação, a pobreza, a perda de amigos e familiares, e de que forma eles lutam para levar uma vida positiva. (JOVCHELOVITCH e PRIEGO-HERNÁNDEZ, 2013, p. 65).

Em seus estudos sobre estereótipo e identidade, Hall (1997) introduz representação como o ato de dizer algo significativo a respeito de algo ou alguém e a classifica como sendo “parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura” (*Ibid*, 1997, p. 15). O autor defende ainda que a cultura é definida pelas características marcantes da maneira de viver de um grupo, seus valores coletivos, e acredita serem essas marcas e valores os definidores da identidade de um povo. Assim, ao problematizar a representação das favelas, observamos que a maneira como as pessoas de fora dessas comunidades representam a mesma, tem

forte impacto na formação da identidade dos moradores desses locais, afetando, inclusive, suas escolhas e limitando seus círculos sociais ou as profissões que “possam” almejar. Essa representação, de maneira tácita, mantém o *status quo* e o poder das elites ao delinear o “lugar” de cada grupo social, colaborando na manutenção do pobre como mão de obra barata. Leite (2005), aborda esse impacto:

os modos pelos quais são representados os pobres e sua condição social têm impactos diretos sobre o *processo ininterrupto de construção e reconstrução da identidade* desses sujeitos, isto é, impactos sobre *o que eles são*. (LEITE, 2005, p. 4).

Esse forte estigma guiado por estereótipos tem reflexo em diversas áreas da vida dos moradores das favelas; na vida social, as dificuldades em se relacionar com pessoas de fora da favela que os veem como “poluentes...capazes de, ao se relacionar com as ‘pessoas do asfalto’, contagiá-las com a sua ‘falta’ de valores” (RINALDI, 2006, p306) — os jovens negros que vivem nas favelas, alvo principal da violência policial na cidade, veem a necessidade de se vestir e se comportar de maneira a desassociar-se da imagem de criminosos (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014). No mercado de trabalho, os problemas para encontrar um emprego vão além da cor da pele, do currículo ou da apresentação: para os moradores das favelas, o local onde moram pode ser decisivo. Movidos por uma imagem estereotipada que liga esses moradores à criminalidade (especialmente no caso de homens jovens), e temendo atrasos causados por constantes incursões policiais que impedem os moradores de ir e vir, muitos empregadores recuam quando descobrem o local de residência do candidato. Sabendo disso, quando se trata de procurar emprego, os moradores por vezes usam o endereço de um amigo ou familiar que vive na cidade formal (LEEDS, 2007, p. 26). O impacto da estigmatização das favelas nas oportunidades de trabalho de seus residentes pode ser mensurado: homens que vivem nas favelas ganham 35% menos que homens no “asfalto” e quando se trata de negros, os que vivem nas favelas ganham 50% menos que os da cidade formal (QUEIROZ RIBEIRO, 2002 apud LEEDS, 2007).

Para Hall (1997), representação e estereotipação estão intrinsicamente ligadas, sendo a última o ato de reduzir pessoas a

umas poucas características fixas para representá-las, em um processo de essencialização, simplificação e redução. Nesse processo, separa-se aquilo que é “normal e aceitável do anormal e inaceitável” (*Ibid*, 1997, p. 258). Por fim, o autor argumenta que a estereotipação ocorre onde há abismos na distribuição de poder (seja de decisão, ou de simplesmente participar em processos decisórios, por exemplo). Assim, “o poder é geralmente direcionado contra o grupo subordinado ou excluído” (*Ibid*, 1997, p. 258). A estereotipação da população negra e, posteriormente, da população da favela, pode e deve ser encarada como uma forma de violência simbólica (*Ibid*, 1997) que vem contribuindo, há mais de um século, para a manutenção e ampliação das diferenças sociais, exclusão e abuso contra essa população, alimentando e fortalecendo preconceitos, legitimando a repressão através da violência (AMARAL, 2019) e segregando-os às margens não só da cidade, mas dos processos democráticos dos quais são extirpados ao serem isolados nos morros e periferias, em um processo que faz suas dores e lutas invisíveis à sociedade: “A invisibilidade da realidade da periferia é parte do mecanismo que permite a supressão de direitos. Só reivindica direitos quem é visível no campo do debate democrático” (CAPRIGLIONE, 2015, p. 57).

Esse cenário começa a mudar com a entrada massiva dos habitantes das favelas na internet e a popularização dos smartphones (e das redes sociais) dentro dessas comunidades (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014). A dinâmica entre a favela e a cidade formal e também a maneira como a favela recebe notícias sobre ela mesma passou à responder ao recente empoderamento causado pela descoberta de um espaço onde os moradores, antes majoritariamente receptores passivos de conteúdo sobre a favela, agora estão ativos no processo de produção desse conteúdo, em busca de voz e representatividade. Assim, torna-se essencial a reflexão sobre o papel da internet na construção da imagem desses habitantes e os meios de a tecnologia colaborar no processo de empoderamento desses indivíduos para combater os estigmas sociais já tão intrínsecos à sua própria identidade e dar-lhes voz para que possam figurar no ambiente do debate democrático.

Primeiramente, é preciso considerar que as redes sociais podem se tornar uma importante ferramenta no processo de reafirmação da identidade favelada, permitindo que os moradores deixem de se identificar apenas com as imagens cristalizadas e estereotipadas

(Rocha, 2017) do local para construir uma imagem mais positiva de si mesmos, devido à capacidade do meio digital de permitir que grupos tipificados negativamente ultrapassem barreiras tradicionalmente existentes em um ambiente face-a-face (ZHAO, GRASMUCK e MARTIN, 2008). A imagem do habitante da favela, já tão marcada por elementos como cor da pele, vestimentas e acessórios, entre outras características, faz com que onde quer que ele vá, onde quer que tente iniciar novas relações sociais, já inicie esse processo com uma imagem estigmatizada perante o outro. Nas mídias sociais, abre-se uma oportunidade de o morador, agora usuário dessas redes, controlar aquilo que mostra de si mesmo e do local que vive, permitindo, assim, que grupos marginalizados possam construir uma narrativa mais equilibrada e positiva de si mesmos e do lugar onde vivem. Esse movimento vem permitindo que coletivos de moradores dentro das favelas mostrem uma face mais humanizada desses espaços, que normalmente só figuram nas páginas policiais dos grandes jornais (AMARAL, 2019).

O surgimento das mídias sociais contribuiu ainda para mudar as maneiras tradicionais de se produzir notícia, modificando as relações de interlocução e fazendo surgir uma mídia mais horizontal, onde mais pessoas se tornam produtoras de conteúdo e a agenda de notícias não é totalmente controlada pelos grandes grupos de imprensa (LOPES; ALVES, 2011). Uma rápida análise de casos relacionados às favelas mostra uma mudança de protagonismo nesse processo de produção de notícias com o morador tomando para si a narrativa; o caso recente dos rapazes Alan e Chauan, alvejados pela Polícia na Palmeirinha em 2015 e também dos policiais que foram filmados forjando uma cena de crime para alegar legítima defesa no morro da Providência no mesmo ano, são exemplos da participação dos moradores na produção de notícias sobre a favela. No primeiro caso, um vídeo filmado por Alan, vítima fatal, no momento do ataque mudou o curso da narrativa da mídia e das investigações que, inicialmente, apontavam que os dois rapazes eram criminosos em confronto com a Polícia. Após a divulgação do vídeo e a viralização do mesmo nas redes sociais, a narrativa da grande mídia mudou, passando a apontar os jovens, que a princípio foram chamados de suspeitos e até mesmo de traficantes, como vítimas inocentes (AMARAL, 2019) de uma ação desastrosa da Polícia Militar. No segundo caso, um vídeo feito com o celular por um morador do

Morro da Providência², mostrou policiais manipulando a cena da morte de Eduardo Felipe Santos Victor e provocou intenso debate sobre falsos autos de resistência nas favelas³. Assim, é possível perceber que as novas interações entre o jornalismo e os cidadãos coloca em xeque a prática jornalística com papéis imutáveis de produtor e consumidor de notícias e abrem espaço para uma nova dinâmica onde todos têm a possibilidade de produzir e compartilhar informações:

Graças ao crescimento das mídias sociais, as notícias não são mais reunidas exclusivamente por repórteres e transformadas em uma história, mas surgem em um ecossistema no qual jornalistas, fontes, leitores e espectadores trocam informações. (LOPES; ALVES, 2011, p. 112).

Refletindo sobre essas novas formas de se produzir notícias, Jo Tacchi (2009) argumenta que o *digital storytelling*⁴ é uma importante prática narrativa apoiada nas novas tecnologias e que possibilita que as minorias contem suas próprias histórias, em um processo de empoderamento que ao dar-lhes voz, torna possível que esses indivíduos tomem para si a narrativa de suas próprias vidas, viabilizando processos de auto-representação (LUNDBY, 2008; HARTLEY; MCWILLIAM, 2009; LAMBERT, 2013). Essas minorias, antes excluídas do processo de produção de informação que terminam se tornando o registro da sua própria história, agora se veem diante da possibilidade de narrar suas próprias experiências: “a ideia do *digital storytelling* nada mais é que tornar acessível a qualquer pessoa a possibilidade de narrar as suas próprias experiências — auto-expressões — no formato digital” (BARONI; AGUIAR; RODRIGUES, 2011, p. 318).

Essas novas configurações são relevantes quando conectamos a representação criminalizada do morador da favela na mídia (a estereotipização, que, segundo Hall (1997) é uma prática representacional) com o processo de legitimação da violência contra a favela (RAMOS; PAIVA, 2007; MAIA, 2017), em uma clara

² O DIA. Vídeo flagra PMs de UPP forjando auto de resistência no Morro da Providência. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-09-29/video-flagra-pms-de-upp-forjando-auto-de-resistencia-apos-confronto.html. Acesso em: 04/11/2019.

³ ESTADÃO. Execuções ainda são realidade em favelas do Rio, dizem especialistas. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,execucoes-ainda-sao-realidade-em-favelas-do-rio--dizem-especialistas,1772239>. Acesso em 04/11/2019.

⁴ Prática de pessoas comuns que usam ferramentas digitais para contar sua ‘história’ e podem cobrir uma série de narrativas digitais, geralmente multimídia.

demonstração de que a representação (e construção de estereótipos) é uma forma de poder: “uma forma hegemônica e discursiva de poder, que opera tanto através da cultura, da produção de conhecimento, imagem e representação, como através de outros meios” (HALL, 1997, p. 263, tradução livre). Pode-se tomar como exemplo dessa prática as políticas de remoção em massa. O uso de recursos que estereotipam os moradores do local que será esvaziado com o objetivo de justificar a ação (e conseguir apoio dos demais setores da população) pode ser observado ao longo da história. A prática já era comum no Brasil antes mesmo da existência das favelas, o mito de origem das mesmas, inclusive, aponta a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, como um dos fatores no surgimento das primeiras favelas do Rio de Janeiro. Desde então, a remoção de favelas se consolidou como prática de reorganização urbana em uma “dialética de ocupação, demolição e construção” (Alves, 2016, p86) que se vale do estigma carregado por esses locais para justificar as intervenções do poder público em “áreas não-planejadas” (Ibid, 2017, p86), como visto recentemente nos casos da remoção dos moradores da Vila Autódromo e da Aldeia Maracanã em preparação para os megaeventos esportivos na cidade em 2014 (jogos da Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016). Ondas de despejos também atingiram a Europa ao longo do século 20, varrendo populações pobres de áreas próximas as áreas mais ricas para que pudessem ser exploradas pelo mercado imobiliário (EALHAM, 2005; ABREU, 1997). Na maioria dos casos, a tática utilizada é a de representar esses moradores como sujos, vagabundos ou criminosos (prática chamada por Coimbra (2001) de “o mito das classes perigosas”), conquistando o apoio da população das outras áreas da cidade para a remoção e a realocação. Tal fenômeno pôde ser observado também durante a construção das barreiras acústicas nas vias expressas Linha Amarela e Linha Vermelha em 2010 — enquanto os moradores protestavam contra tal intervenção, vista como mais uma forma de segregação, uma pesquisa conduzida por O Globo, jornal voltado para as classes A e B, mostrou que 85,05% de seus leitores aprovaram a medida e 70% destes citaram como justificativa um suposto aumento da segurança na via (DE SOUZA PEREIRA, 2011). A segregação das populações pobres, porém, seja através de remoções e realocações ou através da construção de muros, não é uma ocorrência nova na cidade. Em 1855 a política de separação e exclusão já se evidenciava em projetos de instalação de portões nos cortiços que se fechariam a noite, trancafiando seus moradores (TERRA E CARVALHO, 2015). Ou

seja, uma vez que a favela ali está e não há como extingui-la, erguem-se muros e barreiras que a separe do resto da sociedade, confinando ali os problemas associados ao local e sua gente.

Os moradores da favela continuam a lutar contra esse estereótipo que lhes foi atribuído ao longo de décadas — desde a representação das próprias favelas como repletas de doença e sujeira à imagem mais recente do morador da favela como criminoso ou simpatizante do crime. Por fim, essa tática tem sido usada nas mais diversas situações (remoções, segregação, repressão violenta, brutalidade policial, etc.) e todas com o objetivo de agir como um regulador que trabalha para manter o habitante da favela em posições sociais desfavoráveis, enfrentando as mais diversas dificuldades de ascensão social. O pobre (e favelado) faz parte de um sistema que depende de farta oferta de mão de obra barata (para as portarias de prédios, cozinhas, canteiros de obras) e sua ascensão social e profissional implicaria em uma resignificação das relações de trabalho no Rio de Janeiro. Portanto, o estereótipo de criminalidade e incapacidade continua a ser reforçado pela mídia (AMARAL, 2019; VAZ; BAIENSE, 2011) e é capaz de dividir a sociedade entre “o normal e o desviante (...) nós e eles.” (HALL, 1997, p. 258).

Essa reflexão torna a importância de conseguir influenciar a mídia ainda mais evidente e enquadra o midiativismo de favela (CUSTÓDIO, 2016) como um agente desafiador à opinião ortodoxa, pautando as discussões sobre a favela de baixo para cima. Esse desafio ao discurso hierárquico estabelecido é central para a discussão do midiativismo de favela. Observando o trabalho dos coletivos de moradores engajados em produzir notícias nas favelas do Rio de Janeiro apresentados por Amaral (2019), é possível observar uma pequena mas significativa mudança de atitude: se antes se encontravam em uma posição de resistência apenas, utilizando as redes sociais para defender a favela de versões mentirosas de crimes ou para contestar a representação negativa já estabelecida do local, agora se posicionam de forma desafiadora no campo de debate, criticando as decisões dos governantes e da polícia e até mesmo se adiantando à grande mídia no debate de anúncios de novas políticas públicas ou operações de segurança nas favelas. Esses moradores, ao ligar a favela ‘online’ com as vielas da favela ‘real’ e ao ocupar espaços públicos na cidade, atraem a atenção da sociedade civil, forçando a grande mídia a abrir espaço em sua agenda, transformando seu ato de resistência em um ato de

desafio (à grande mídia, ao governo, à sociedade civil, etc.) e reposicionando a favela no campo do debate democrático, dando voz aos seus cidadãos para que reclamem seus direitos.

Esses residentes engajados em mídiativismo de favela empregam uma integração de táticas de resistência on-line (a mobilização constante dos moradores para produzir conteúdo, criticar e informar nas redes sociais) e *offline* (eventos culturais, protestos, manifestações artísticas) e fazem da própria favela local de protesto, além de ocupar espaços públicos na cidade formal, para desafiar as principais concepções hegemônicas da favela e de seus moradores (AMARAL, 2019). Esse processo cria, adapta e consolida repertórios de resistência (MCCURDY; FEIGENBAUM ; FRENZEL, 2016; DELLA PORTA; DIANI, 2006), constituindo características únicas de dissensão nessas comunidades que começam a permitir que os ativistas influenciem a agenda da mídia hegemônica, dando voz à favela. Nesse sentido, os próximos dois exemplos descreverão casos em que os residentes de favelas no Rio de Janeiro tiveram sucesso em influenciar a agenda da mídia para ganhar espaço (voz – espaço no ambiente democrático) e, assim, pressionar as autoridades a agir.

O primeiro caso é descrito por Maia (2017), e trata-se de uma mobilização ocorrida em 2014 nas redes sociais usando a *hashtag* #SOSComplexoDoAlemão para chamar atenção para a rotina da violência na localidade. O texto da convocatória, postado em uma página do evento no *Facebook* chamava os moradores à se unirem para “acabar com essa guerra que está matando inocentes todos os dias no Complexo do Alemão” e declarava ainda a intenção de “pedir ajuda de toda sociedade, da mídia e do governo para que sejam propostas alternativas que acabem com esse genocídio.” (SOS COMPLEXO DO ALEMÃO, 2014). A mobilização dos moradores foi um sucesso do ponto de vista tático, uma vez que atingiu “mais de 646 mil pessoas, além de apresentar um potencial de alcance de cerca de 4 milhões de internautas” (MAIA, 2017, p. 103) e chamou atenção da mídia para as reivindicações dos moradores, que foram discutidas em veículos como Estadão e G1⁵. Dito isso, é preciso considerar o desafio que se apresenta aos mídiativistas quando alcançam espaço na mídia *mainstream*: como manter esse espaço aberto? No caso citado, a cobertura se encerrou após a primeira mobilização online.

⁵ G1. Moradores do Alemão, Rio, fazem ‘twitaco’ pela paz. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/moradores-do-alemao-rio-fazem-twitaco-pela-paz.html>. Acesso em: 20/07/2019.

Este exemplo ilustra a rotina dos moradores-ativistas nas favelas, resistindo a diversos tipos de abuso todos os dias e trabalhando incessantemente em busca de voz, usando um repertório diversificado: *tweets*, protestos (online e offline), eventos culturais, vídeos e produções amadoras, exposições de arte periférica, reportagens e críticas intensas sobre o que acontece nas favelas, especialmente envolvendo violência e operações policiais. O alcance dessas ações se torna mais amplo devido ao senso de identidade coletiva (POLETTA; JASPER, 2001) que une moradores de diversas favelas: embora cada favela tenha suas peculiaridades (geografia, origens, patrimônio, etc.), os moradores em geral se identificam coletivamente como moradores das favelas e compartilham as mesmas dores e objetivos, unindo-se para apoiar uns aos outros na luta por voz e direitos, em busca de serem integrados à sociedade de maneira a terem relevância no cenário democrático. Isso leva o artigo a abordar um segundo caso no qual é possível observar claramente o sentimento de identidade coletiva agindo como motor para a mobilização da população favelada em toda a cidade, o desaparecimento de Amarildo.

O caso Amarildo de Souza, ocorrido em 2013, é um recente exemplo em que a mobilização dos moradores das favelas e ativistas da mídia resultou em influenciar a agenda da mídia hegemônica, pressionando as autoridades a agirem. Amarildo, um pedreiro que foi abordado pela polícia na Rocinha, favela onde morava, e desapareceu, engrossaria a lista de moradores de favelas que morrem ou desaparecem em condições suspeitas e são esquecidos pela sociedade e pelo poder público, não fosse pela mobilização que alcançou níveis internacionais.

A busca pelo pedreiro desaparecido gerou enorme mobilização não apenas na favela da Rocinha, mas nas favelas cariocas de modo geral e, mais tarde, alcançou a mídia e o resto da sociedade civil, tornando-se um grande movimento, chegando, inclusive, a outros países. Segundo Medina (2013), a grande repercussão do caso foi “surpreendente, pois um trabalhador pobre tornou-se notícia em um país onde o desaparecimento dos pobres costuma resultar apenas em silêncio e impunidade” (MEDINA, 2013, p. 1). Brum (2013) também comemora a repercussão incomum: “Que Amarildo tenha sumido é terrível. Que seu sumiço tenha virado faixa e *slogan* nos protestos, *hashtag* no *Twitter* e notícia na imprensa sinaliza – talvez – o começo de uma mudança”. A mudança a qual se refere, já em 2013, é justamente

a discutida ao longo do presente artigo: dar espaço às favelas na agenda da sociedade, voz aos seus moradores, ouvidos aos problemas e dores do cotidiano de uma área de conflitos violentos e escassez de serviços. Maia (2017), ao abordar o caso, reflete justamente sobre o poder das redes sociais na luta por direitos humanos e sua capacidade de dar visibilidade às minorias massacradas pela violência. No caso de Amarildo, a pergunta 'Onde está Amarildo?' passou a aparecer insistentemente não somente nas redes sociais, mas tomou as ruas da cidade e do país, virou mote de protesto e ganhou ares internacionais, aparecendo em fotos, sendo usada como *hashtag* nas mídias sociais e agindo como um lembrete constante da pressão sob as quais as autoridades estavam para esclarecer o caso e, de maneira mais ampla, acrescentando significado à luta por mais visibilidade para a população das favelas. 'Onde está Amarildo?' já não era apenas sobre o pedreiro da Rocinha, mas sim uma síntese da indignação por cada morador vítima de violência policial e outros abusos rotineiros no cotidiano das favelas cariocas.

Com os protestos dos moradores das favelas, agora com o apoio da população do asfalto, as investigações se seguiram e embora, inicialmente, o comandante da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) na Rocinha, Edson Santos, tenha afirmado que Amarildo foi levado a um inquérito e teria sido libertado em cinco minutos, a grande mobilização popular fez com que o pedreiro permanecesse como um dos principais assuntos na mídia⁶ até outubro de 2013, quando o caso foi parcialmente esclarecido: Amarildo fora torturado e morto pela polícia da UPP, que depois desmembrou e se desfez de seu corpo, ainda não encontrado.

Em 2018, o caso da vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada junto com seu motorista Anderson Gomes, novamente gerou um movimento unificado onde a expressão "Marielle presente" passou a representar não apenas a vereadora — que nasceu e cresceu em uma favela da Maré e defendia e representava a favela e seu povo — mas todas as vítimas da violência do Estado que são assassinadas diariamente nas favelas; novamente a identidade coletiva do morador das favelas, alvo constante da violência policial e de execuções extrajudiciais, fortaleceu o movimento que ganhou ainda o apoio de diversos

⁶ INDEPENDENT. Where's Amarildo? How the disappearance of a construction worker taken from his home by police has sparked protests in Brazil. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/where-s-amarildo-how-the-disappearance-of-a-construction-worker-taken-from-his-home-by-police-has-8745464.html>. Acesso em: 04/11/2019.

setores da sociedade, indignados com a crescente intolerância no país. Após a execução de Marielle, que criticava a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (Franco, 2014) e lutava contra abusos policiais e violações aos direitos humanos, a pergunta “Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson?”, assim como “Onde está Amarildo” se tornou símbolo de luta e resistência (Mallmann; Rodrigues, 2018).

O caso Amarildo se tornou um exemplo em que a mobilização dos habitantes de uma favela conseguiu influenciar as agendas da mídia nacional e internacional por semanas, abrindo espaço para testemunhas, buscando informações sobre sua vida e colocando a Rocinha e a rotina de violência das favelas nos holofotes. Tal mobilização é ainda uma amostra de ativismo de resistência que se transformou em um ativismo para desafiar a ordem social vigente: quando o caso não é mais apenas sobre Amarildo, mas sobre todo pobre morador de favela que enfrenta uma rotina de abuso, ele deixa de ser apenas resistência (um clamor por atenção na busca de Amarildo) e começa a desafiar o *status quo*, desafiando a mídia hegemônica (que presta pouca atenção aos casos de morte, desaparecimento e violência policial nas favelas), o governo (que é obrigado a investigar um caso que envolve a polícia adequadamente) e a própria sociedade (acostumada a ver a favela através da narrativa dominante). O assassinato de Marielle, cinco anos depois, contou não apenas com a mobilização da população favelada, mas também com a de diversos setores da sociedade devido à visibilidade que sua carreira política deu aos abusos cometidos pela polícia nas favelas e sua trajetória como ativista pelos direitos humanos em tempos de intolerância.

Por fim, analisando os casos apresentados e considerando a pluralidade de vozes uma condição inerente à democracia e a ausência de voz como um impossibilitador de experimentar a democracia, a luta diária nas favelas é, então, não só por voz, atenção e espaço. Não apenas por melhores condições de vida e o fim da violência; mas, primariamente, por democracia. É através das lutas para figurar no campo do debate democrático que o morador da favela se faz visível e se faz ouvir (Lawy (2017) argumenta que não é suficiente falar para que efetivamente se tenha voz no campo social, é preciso ainda ser ouvido). As discussões sobre as crises democráticas pelas quais diversos países do mundo vêm passando, devido à subida ao poder de figuras que flertam com o autoritarismo não cabem quando o assunto é

favela, que parecem padecer de autoritarismo e abusos desde seu surgimento. Os espaços marginalizados da cidade, especialmente as favelas, enfrentam diariamente um malabarismo desavergonhado do poder público que parece torcer as leis para que se adequem às ações violentas do Estado nesses locais, além das condições precárias de vida enfrentadas devido ao abandono. A luta dos ativistas por voz e espaço é, em seu âmago, uma luta para transformar a favela em um espaço de liberdades e direitos democráticos, um espaço em que garantias fundamentais sejam, de fato, garantidas e que arbitrariedades não sejam ignoradas, tirando, assim, morros e favelas do estado de sítio constante em que se encontram.

Referências bibliográficas

ABREU, M.D.A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALVES, R.T. Dramas, conflitos e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. **Habitus**, v. 14, n. 2, p. 85–115, 2016.

AMARAL, F. **They have something to say: a study of social media use and public discourse in the Rio de Janeiro favelas**. De Montfort University, 2019.

ARAUJO, M.P.N. **História e Memória de Vigário Geral** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

BARONI, A.; AGUIAR, L.; RODRIGUES, F. Novas configurações discursivas no jornalismo: narrativas digitais nas favelas do Rio de Janeiro. **Estudos em Comunicação**, n. 9, p. 309–327, 2011.

BRUM, E. Onde está Amarildo? **2013** 08/05/ 2013.

CAPRIGLIONE, L. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: Anonymous **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública** Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor, 2001.

CUSTÓDIO, L.D.C. **Favela Media Activism Political trajectories of low-income Brazilian youth**. 2016 University of Tampere, 2016.

DE SOUZA PEREIRA, L.A. As políticas públicas nas favelas cariocas em tempos de megaeventos esportivos na cidade. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1 2011.

DELLA PORTA, D.; M. DIANI. **Social Movements : An Introduction**. 2. ed. Malden and Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

EALHAM, C. **Class, culture and conflict in Barcelona: 1898–1937** London and New York: Routledge, 2005.

FRANCO, M. **UPP–A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, 2014.

GIORGIS, L. **El “hombre” en las fronteras de la “identidad”**. Córdoba: Mimeo, 1993.

GOLUBOVIĆ, Z. An Anthropological Conceptualisation of Identity'. **Synthesis philosophica**, v. 26, n. 1, p. 25–43, 2011.

HALL, S. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. 1st. ed. London: SAGE, 1997.

HARTLEY, J.; K. MCWILLIAM. **Story Circle: Digital Storytelling around the World** Massachusetts: Wiley–Blackwell, 2009.

JOVCHELOVITCH, S.; J. PRIEGO–HERNANDEZ. **Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro** Brasília: UNESCO, 2013.

LAMBERT, J. **Digital Storytelling: Capturing Lives, Creating Community** New York: Routledge, 2013.

LAWY, J.R. Theorizing voice: Performativity, politics and listening. **Anthropological Theory**, v. 17, n. 2, p. 192–215, 2017.

LEEDS, E. Rio de Janeiro. In: KOONINGS, K. & KRUIJT, D. (Orgs.) **Fractured Cities: Social Exclusion, Urban Violence and Contested Spaces in Latin America**. London: Zed Books, 2007.

LEITE, I.C. Pobreza, representações, identidade e Política Social. II **Jornada Internacional de Políticas Públicas – Mundialização e Estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania.**, São Luis, p. 1–8, 23–26/08/2005 2005.

LOPES, F.V.; ALVES, W. Discurso e redes sociais: o caso “Voz da comunidade”. **Ciberlegenda**, n. 25, p. 111–123, 2011.

LUNDBY, K. **Digital Storytelling, Mediatized Stories: Self– representations in New Media** New York: Peter Lang, 2008.

LUSTOSA, C.P.; DUBEUX, V.J.; ALMEIDA, T. A relação dos jovens de classes baixas com política: Um estudo de caso com moradores da comunidade da Rocinha. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 4, n. 1 2019.

MAIA, J.D.O. **Fogos digitais: letramentos de sobrevivência no Complexo do Alemão/RJ**. 2017. 220 Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MALLMANN, R.W.; RODRIGUES, A.P.K. Marielle Franco: a resistência no campo da biopolítica e da proteção aos direitos humanos. In: *1 Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos*, 2018, Ijuí. Anais...Ijuí: UNIJUÍ, 2018.

MCCURDY, P.; FEIGENBAUM, A.; FRENZEL, F. Protest Camps and Repertoires of Contention. **Social Movement Studies**, v. 15, n. 1, p. 97–104, 2016.

MEDINA, E.D. Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 7, n. 1, p. 1–16, 2013.

MEIRELLES, R.; C. ATHAYDE. **Um país chamado favela** São Paulo: Editora Gente, 2014.

POLLETTA, F.; JASPER, J.M. Collective Identity and Social Movements. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 27, n. 1, p. 283–305, 2001.

RAMOS, S.; A. PAIVA. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROCHA, D.G. IMAGENS CRISTALIZADAS: A CONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS FAVELAS. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 3, p. 6–24,.

SANTOS, L.D. As identidades culturais: Proposições conceituais e teóricas. **Revista Rascunhos Culturais**, v. 2, n. 2, p. 141–157, 2011.

SOS COMPLEXO DO ALEMÃO. Twitaço pela paz no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2014. Facebook: soscomplexodoalemao. Disponível em: https://www.facebook.com/events/564693090307853/?active_tab=about. Acesso em: 05/07/2019

TACCHI, J. Finding a Voice: Digital Storytelling as Participatory Development. In: HARTLEY, J. & MCWILLIAM, K. (Orgs.) **Story Circle: Digital Storytelling Around the World**. Massachusetts: Wiley–Blackwell, 2009.

TERRA, J.M.; T.F.D. CARVALHO. **Justiça Paralela** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

VAZ, P.; BAIENSE, C. Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI. **Proceedings of the VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, Paraná 28–30/04/2011 2011.

WOODWARD, K. **Questioning identity**. 2. ed. ed. London [u.a.]: Routledge [u.a.], 2004.

ZHAO, S.; GRASMUCK, S.; MARTIN, J. Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships. **Computers in Human Behavior**, n. 24, p. 1816–1836, 2008.

